

FESTAS, DIVERTIMENTOS E DISPUTAS POLÍTICAS NOS PERIÓDICOS PERNAMBUCANOS DA DÉCADA DE 1830

PARTIES, ENTERTAINMENTS, AND POLITICAL DISPUTES IN THE PERNAMBUCAN PERIODICALS OF THE 1830S

Kauê Henrique Ribeiro do Nascimento¹
Lídia Rafaela Nascimento dos Santos²

RESUMO: Durante a década de 1830, as festas em Pernambuco refletiram intensamente as disputas políticas do Império. Os festejos cínicos, religiosos e populares tornaram-se arenas de afirmação de poder, identidade e controle social. Os periódicos da época revelam como elites, oligarquias e grupos populares se engajavam em manifestações simbólicas e rituais festivos com fins políticos.

PALAVRAS-CHAVE: Festas; Divertimentos; Disputas; Periódicos.

ABSTRACT: In 1830s Pernambuco, public festivities mirrored the political tensions of the Brazilian Empire. Civic, religious, and popular celebrations became arenas for power, identity, and social control. Newspapers reveal how elites, oligarchies, and popular groups used these symbolic rituals for political purposes.

KEYWORDS: Festivities; Entertainments; Tensions; Newspapers.



10.23925/2176-4174.36.2025e72855

Recebido em: 01/08/25.

Aprovado em: 05/08/25.

Publicado em: 05/08/25.

Introdução

A vida na Província de Pernambuco durante a década de 1830 foi bastante agitada, visto que a recente independência e a formulação de um novo País colocaram no palco as disputas políticas em prol de singulares reivindicações. Sendo assim, o

¹ Graduando em História pela (Unicap). Universidade Católica de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-2499-8118> Email: kauenascimento010@gmail.com

² Doutorado em História (UFF). Universidade Católica de Pernambuco. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6383-8797> Email: lidia.santos@unicap.br



universo político no período da regência foi “normalmente caracterizado pelo embate entre três grupos políticos que encarnavam projetos distintos de nação: os moderados (também conhecido como chimangos), os restauradores (ou caramurus) e os exaltados (ou farroupilha)”. Contudo, em Pernambuco, havia uma especificidade: com a derrota da confederação do Equador, os restauradores da província foram recompensados por Pedro I, entre eles estão Morgado do Cabo e os Cavalcanti; herdando a influência do Morgado do Cabo pelo seu afastamento da vida política, os filhos do Coronel Suassuna se tornaram personagens significativos tanto no âmbito provincial como no nacional, a tal ponto que constituíram “um quarto grupo político, a oligarquia dos Cavalcanti” (Junior, 2016, p. 1-2).

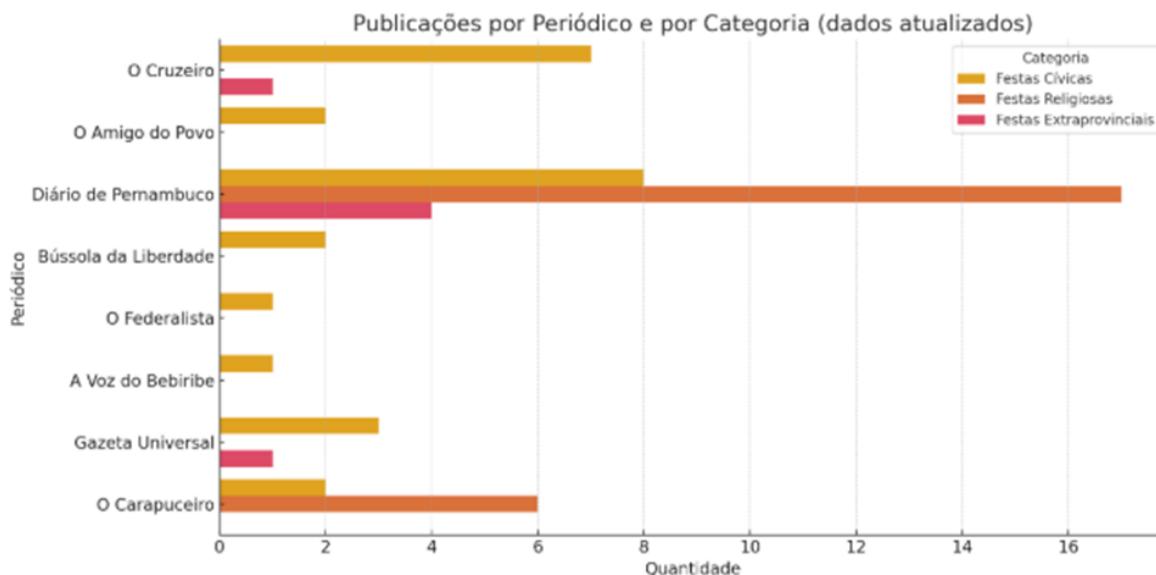
Nesse meio, o festejo fez parte da vida dos pernambucanos. Os ritos coletivos públicos, seja como momentos de diversão ou como estratégia política, foram formadores e organizadores de laços de sociabilidade e identidades. Nessa perspectiva, esses momentos configuraram palcos de disputas pelo controle das memórias, dos corpos e do tempo. Ao analisar as festas da França moderna, Roger Chartier percebe tentativas de controlar o “dispositivo festivo”, em que há a presença de certas “censuras eclesiásticas” com objetivo de controlar o tempo - onde era necessário o domínio do período festivo, pois em um mesmo período conflitavam dois modos de festejar a “cultura folclórica” e a festejo religioso - e o corpo - era necessário “disciplinar os corpos”, pois durante os festejos havia diversas “condutas supersticiosas”. Além das “censuras eclesiásticas”, havia as oligarquias municipais que, entre 1400 e 1600, apropriou-se das estruturas das festas urbanas, Chartier afirma que “em toda parte, coletorias e consulados querem dominar a festa urbana, e para isso, controlar seu financiamento, seus itinerários, seu programa”, tal realização tinha o objetivo claro: “agrupando e ao mesmo tempo hierarquizando, a festa deve exprimir a unidade da comunidade urbana”. Tal foi a importância das festas urbanas para as municipalidades, que serviu como “instrumento político que permite a afirmação da cidade perante o príncipe, a nobreza e as outras cidades” (Chartier, 2004, p. 26 e 29-30).

No Império do Brasil, o aparato festivo, por meio do calendário, foi utilizado como ferramenta para promover e afirmar a unidade nacional e estrutura política, segundo Santos, “a escolha dos dias em que oficialmente se parava o trabalho para festejar buscava ritmar e organizar o cotidiano” (2018, p. 146). Em primeiro momento, com o

decreto de 21 de dezembro de 1822, instituiu que devia ser festejado os dias de aniversário da família real, a adesão ao sistema constitucional, à aclamação e a coroação de D. Pedro I. Foi instituído em 1824 e revisadas em 1825, datas de gala regulamentadas pelo Ministério de Guerra, que determinava como deveria realizar as comemorações dos feriados nas províncias, “além disso, a regulamentação inseria uma série de datas sobre o processo de formação do Estado Nacional, tais como o Dia do Fico, o Sete de Setembro e a abertura da Assembleia” (Santos, 2020, p. 315). Em 9 de setembro de 1826, criou-se uma lei que instituiu os dias de festividades nacionais, sendo eles o 09 de janeiro (dia do fico), 25 de março (juramento da constituição), 03 de maio (abertura da Assembleia Constituinte), 07 de setembro (Independência do Brasil), e 12 de outubro (aclamação de Dom Pedro I e oficialização do Império). A partir de então “a mobilização política nos festejos aconteceria então de forma mais planejada e sistemática” (Santos, 2020 pág. 316). Além dos feriados de dia de gala e dias de festa nacional, havia os dias santos e momentos de divertimento nas ruas do recife, como por exemplo, “procissões, missas, novenas, trezenas, jantares, jogos, bebedeiras, danças” (Santos, 2020, p. 327).

1. Os Periódicos

Esta pesquisa percorreu o universo sociopolítico de 8 periódicos, no qual o Diário de Pernambuco se destaca pelo número de ocorrências encontradas, como pode ser observado no seguinte gráfico:

Gráfico 1


Fonte- elaborado pelos autores

Como afirma Dolhnikoff, os periódicos foram importantes veículos “para influenciar costumes, difundir cultura e discutir política” (2024, p. 83). Nesse panorama, os redatores dos jornais atuavam como agentes políticos ativos na sociedade pernambucana, abordando tanto questões regionais quanto nacionais. Segundo Nascimento:

A própria vida geral de Pernambuco e sua história, sob vários aspectos, encontra-se nas folhas liberais ou conservadora, monarquistas ou republicanas, através de suas lutas políticas, seus problemas sociais, administrativos e econômicos. (1966, p. 12)

Nesse cenário, é possível perceber a posição política dos periódicos e de seus redatores. Entre os que seguiam a orientação restauradora/caramuru, destacam-se os periódicos *O Cruzeiro*, redigido pelo padre Francisco Ferreira Barreto; *O Amigo do Povo*, redigido por José Marinho Falcão Padilha; e a *Gazeta Universal*, também redigida pelo padre Francisco Ferreira Barreto. Defendendo as pautas dos farroupilhas/liberais exaltados, encontram-se os periódicos *Bússola da Liberdade*, redigido pelo padre João Barbosa Cordeiro; e *O Federalista*, editado pela Sociedade Federal.

Entre os liberais moderados/chimangos, estão os periódicos *O Carapuceiro*, redigido pelo padre Miguel do Sacramento Lopes Gama; *A Voz do Beberibe*, redigido

por Henrique Félix de Dácia; e o Diário de Pernambuco, fundado por Antonino José de Miranda Falcão. Contudo, “em 3 de fevereiro de 1835, Antonino desfez-se da empresa, negociando-a com a firma Piñeiro & Faria” (Nascimento, 1966, p. 34).

2. Festejos: espaços privilegiados de expressões sociais

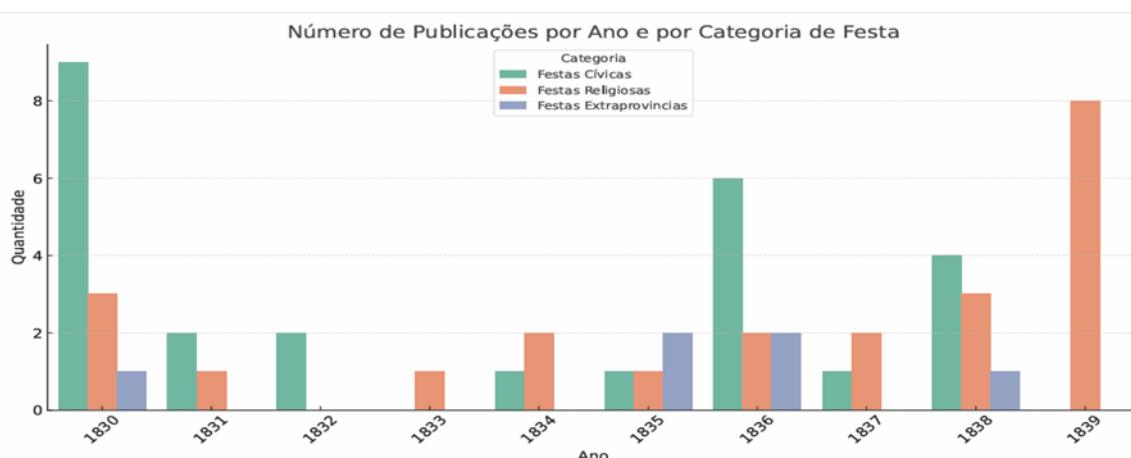
A festa e o festejar refletem o mundo social, suas hierarquias e os planos políticos, hegemônicos ou não, da nação. Percebe-se isso em uma ocorrência publicada logo após a renúncia de D. Pedro I, pelo jornal *Diário de Pernambuco*³. O artigo narra, com entusiasmo e riqueza de detalhes, as celebrações ocorridas no dia 9 do mês de abril em homenagem ao imperador Dom Pedro II, no Rio de Janeiro, capital do Império. O tom é profundamente elogioso e patriótico, com destaque para o esplendor das festividades e a adesão popular. A cidade estava tomada por uma atmosfera festiva, com as ruas cheias, uma demonstração de apoio ao jovem imperador. Dom Pedro II foi recebido com grande solenidade: “Sua Majestade teve a sua entrada solene; os melhores cavalos conduziam triunfantemente pela cidade do Povo Fluminense na sua alegria”. As tropas de cavalaria, infantaria e artilharia estavam dispostas ao longo do caminho, com milhares de espectadores assistindo à cerimônia. O evento contou com bandas, homenagens oficiais e saudações militares.

À tarde, houve salvas dos canhões e na Capela Imperial, celebrou-se um Te Deum. O artigo elogia a postura da população e o comportamento das tropas: “Foi admirável o comportamento do Povo: ordeiro, digno e entusiasta.” A multidão era descrita como respeitosa, mas profundamente envolvida na celebração, reforçando o apoio à monarquia. À noite, a cidade foi iluminada: “Iluminaram-se muitas casas, e o Campo de Honra foi esplendidamente preparado.” O ponto alto foi uma grande exibição de fogos de artifício, além de demonstrações militares e uma apresentação no Campo de Honra, com “exercícios de tropa”. O editor sugere que a celebração tinha, além de um caráter festivo, uma função política importante: consolidar a imagem de D. Pedro II junto à população como legítimo soberano. Como afirma Schwarcz e Starling, “essa era a forma como a elite política se organizava: procurando tornar visível o futuro próximo” (2018, p. 245), ou seja, essa exaltação pública visava fortalecer os vínculos entre povo e império, especialmente em tempos de instabilidade política.

³ Diário de Pernambuco 6 de maio de 1831

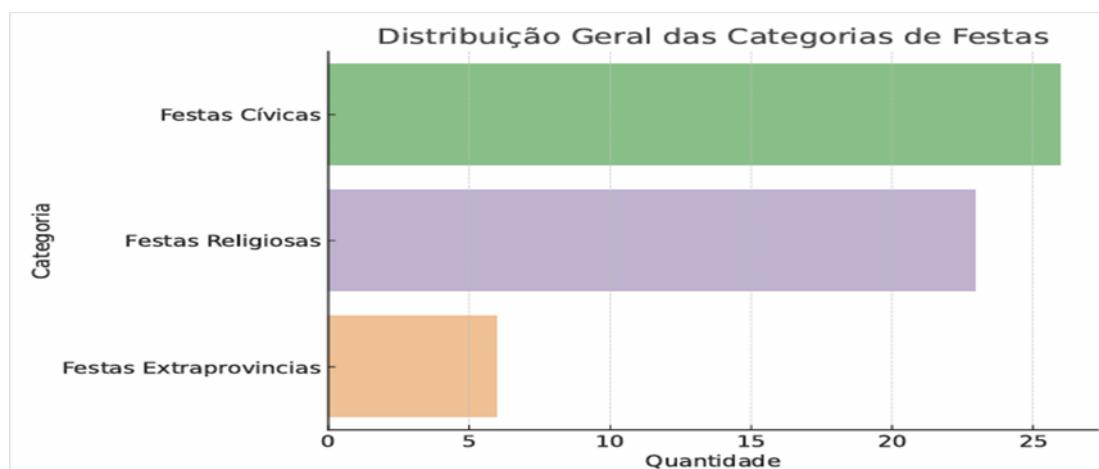
Com a finalidade de sistematizar as festividades dentro do recorte temporal proposto pela pesquisa, as festas foram classificadas em três categorias: cívicas, religiosas e extra provinciais⁴. Como pode ser observado nos gráficos a seguir, foram identificadas ao todo 55 ocorrências de festividades publicadas nos periódicos, sendo 26 festas cívicas, 23 religiosas e 6 extras provinciais. O ano com o maior número de ocorrências foi 1830.

Gráfico 2



Fonte: elaborado pelos autores

Gráfico 3



⁴ Entendem-se por festas extra provinciais aquelas celebradas fora da Província de Pernambuco, mas que aparecem registradas na imprensa local.

Fonte: elaborado pelos autores

3. Festas Cívicas

Compreendem-se como festejos cívicos aqueles cujo objetivo central se encontra fora do âmbito religioso, podendo configurar-se como “festas nacionais”, provinciais ou ocasionais. O gráfico a seguir apresenta a quantidade de ocorrências por tipo de festa. Observa-se que os festejos ocasionais foram os mais publicados, com 8 registros. Em seguida, com 5 ocorrências, destaca-se o 7 de setembro (Independência, festa nacional), além do dia 1º de abril, considerado uma festa de caráter provincial.

Gráfico 4



Fonte: elaborado pelos autores

3.1. 11 de março

No dia 11 de março comemorava-se como dia de pequena gala o aniversário da segunda filha de D. Pedro I, Januária de Bragança. Foi uma figura importante no cenário político do período regencial, ao ponto que “em 1836, após a vitória de Feijó, os Holanda Cavalcanti, uma das famílias mais importantes de Pernambuco se

organizaram em prol da regência da princesa (...)" (Santos, p. 75, 2018). Nesse mesmo ano, a *Gazeta Universal*⁵ publica três ofícios feito pelo Francisco de Paula Cavalcante de Albuquerque. Foi enviada uma ordem ao Comandante das armas e ao Comandante Superior das Guardas Nacionais do Município para marchar com as suas devidas legiões e com todas as tropas de primeira Linha, além de convidar o Comandante geral do Corpo Policial, Francisco Antônio de Sá Barreto, e seus oficiais para assistir o cortejo do dia 11 de março no festejo do Aniversário de Januária.

Dias após o festejo, há a repercussão do dia festivo em um editorial do mesmo periódico⁶. O editor afirma que houve difamações sobre a decência dos que iriam aclamar a Princesa e que o ambiente foi hostil para os "Januaristas". Levanta questões sobre a má intenção dos organizadores do festejo, sendo a pessoa que estava à frente da parada nem deu vivas a princesa e a guarda principal foi comandada pelo capitão de municipais que não é amigável com o presidente da província. O redator afirma que vendo esse contexto, as pessoas que estavam no festejo conteve o entusiasmo para evitar "distúrbios". Além desses embates políticos, a *Gazeta* discorre sobre a estrutura do festejo: a matriz de Santo Antônio estava elegante, houve um Te Deum e um sermão do Padre Barreto, após isso teve a parada e o cortejo.

3.2. 25 de março

A província de Pernambuco, que sete anos antes havia se revoltado contra o governo imperial devido à centralização excessiva da Constituição outorgada de 1824 — rompendo com o Império e proclamando uma república juntamente com o Ceará, o Rio Grande do Norte e algumas vilas da Paraíba, no episódio conhecido como Confederação do Equador — agora celebra o aniversário da própria Constituição.

Em 1830, o *Cruzeiro*⁷ publicou uma correspondência referente ao dia 25 de março, data celebrada como festividade nacional e marcada pelo juramento da Constituição. O texto critica diretamente os periódicos *A Abelha Pernambucana*, *Diário de Pernambuco* e *O Deão de Olinda*, acusando-os de divulgarem inverdades quanto

⁵ *Gazeta Universal* 10 de março 1836

⁶ *Gazeta Universal* 14 de Março de 1836

⁷ *O Cruzeiro* 1 de abril de 1830

à suposta agitação popular, à intensa participação militar, à presença do padre João Batista e ao papel da Igreja de São Pedro as comemorações constitucionais.

Segundo o correspondente, o presidente da província celebrou um *Te Deum* pelo aniversário da Constituição — ironicamente, segundo ele, “recompensando o ano em que se tentou assassiná-la”, referindo-se a 1824. Afirma que a igreja estava devidamente ornamentada e que o ato religioso, embora aceitável, foi acompanhado por um sermão “digno dos liberais e falso”.

O texto também menciona a mesa posta, a sobremesa, os copos para champanhe e o vinho de má qualidade servido no consistório. Em tom crítico, o autor afirma que os vivas à Constituição eram apenas uma forma de “restrição mental”, ou seja, manifestações aparentes, sem sinceridade. Destaca que muitos dos que hoje exaltavam a Constituição haviam se rebelado contra ela pouco tempo antes, expressando um falso arrependimento e tentando, com tais atos festivos, “refazer os seus atos pela segunda vez”.

3.3. 1º de abril

A conquista da criação das Assembleias Provinciais pelos liberais, por meio do Ato Adicional de 1834, configurou-se como um marco importante na história política do Brasil imperial. A partir desse momento, as províncias passaram a deter certas competências próprias, como a criação de alguns impostos, o estabelecimento de uma instituição responsável pelo controle da força coercitiva (a polícia), a realização de obras públicas internas e a administração de cargos públicos provinciais. Essa conquista teve grande relevância em um contexto de intensa agitação sociopolítica, especialmente entre os liberais, que viam nela a possibilidade de maior autonomia e participação nas decisões locais (Dolhnikoff, 2024, p. 52-53).

No ano de 1835, o periódico *A Voz do Bebiriibe*⁸ publicou o expediente da nova Assembleia Legislativa Provincial, que, após dois meses de reuniões, resultou na sanção de cinco decretos. O primeiro deles foi a declaração do dia 1º de abril como dia festivo. Adiante, o redator do jornal argumenta que “era justo que se declarasse o dia festivo (...), e que nele houvesse salvas e bandeiras. É dia de grande festa para a província; e festa sem tiros, sem foguetes e sem repiques não tem graça”. Na mesma

⁸ A Voz do Bebiriibe 12 de junho de 1835

linha, em outra publicação do periódico⁹, o redator reafirma a importância do 1º de abril, qualificando-o como um "dia de glória", pois marcou a instalação da primeira Assembleia Provincial. O clima descrito era de agitação e entusiasmo, uma vez que a nova instituição seria "soberana em seus negócios peculiares", reforçando a relevância política e simbólica do evento para a autonomia provincial.

3.4. 7 de abril

O dia 7 de abril é marcado pela comemoração da abdicação de D. Pedro I. Trata-se de uma data festiva ambígua: de um lado, celebra-se a alegria dos exaltados federalistas; de outro, lamenta-se a mágoa dos restauradores. Nesse sentido, esse dia “(...) consagrou o espaço público como uma arena política e com ele o grupo dos exaltados, assim como suas práticas informais de cidadania” (Schwarcz e Starling, 2018, p. 242).

O *Federalista*¹⁰ publicou, no ano de 1832, uma ata da sessão da Sociedade Federal, presidida pelo doutor Jacobina e realizada em 7 de março do mesmo ano, com a presença de 26 sócios. Nessa ocasião, o sr. Correia Filho propôs que a sociedade comemorasse o aniversário de 1 ano da abdicação, “quando a nação inteira reivindicou a sua liberdade expulsando o Imperador D. Pedro”. A proposta foi aceita, e o presidente nomeou uma comissão encarregada de definir a forma do festejo, composta pelos senhores Paula Vasconcelos, Correia Filho e Fonseca Capibaribe. Em uma nova sessão, realizada no dia 14 de março, a comissão organizadora sugeriu uma maneira de eternizar a celebração: a doação de uma quantia a uma órfã e aos presos da cadeia.

Já a *Gazeta Universal*¹¹, redigida por um restaurador, publicou em 1836, uma correspondência intitulada “O dia 7 de abril”, em que se manifesta profundo desagrado quanto ao significado dessa data. O correspondente, que assina como “Raio de Júpiter”, afirma que o dia 7 de abril de 1831, marcado pela abdicação de D. Pedro I e, posteriormente, pela eleição de Feijó como Regente do Império, representou o início da decadência da monarquia no Brasil. Segundo ele, “o dia 7 de abril foi um verdadeiro

⁹ A Voz do Bebiribe 8 de abril de 1835

¹⁰ O Federalista 30 de maio de 1832

¹¹ Gazeta Universal 11 de maio de 1836

triunfo da Demagogia sobre a Realeza; desde então, a Monarquia definha e amortece...". Complementa, ainda, que celebrar essa data constitui uma afronta a D. Pedro II, à sua família e ao Império, e que o dia 7 de abril deveria, na verdade, ser considerado um "dia de luto nacional".

3.5. 7 de setembro

Comemora-se no dia 7 de setembro o aniversário da Independência do Brasil. Como afirma Santos, "variados acontecimentos moldaram o processo da independência; não foi simples escolher a data em que se comemoraria anualmente a separação da metrópole" (Santos, 2018, p. 90).

O periódico *O Amigo do Povo*¹² publicou em 1830 uma correspondência tratando sobre as celebrações do 7 de setembro. Nela, o autor relata que, ao amanhecer da data comemorativa, dirigiu-se ao Largo do Carmo com o intuito de assistir à procissão dos carros. Embora considerasse que tudo estava "digno de crônica", o que mais lhe chamou a atenção foi o repicar dos sinos à saída da procissão, pois não havia uma personalidade específica que justificasse tal manifestação sonora. Mais adiante, ao caminhar entre a multidão, ouviu o badalar dos sinos da Igreja do Rosário. Movido pela curiosidade, entrou na instituição religiosa e foi informado por um sacristão que os repiques eram em homenagem a Vicente Peixoto, cuja posse na administração das capelas gerava certa expectativa. O caso o entreteve de tal forma que acabou perdendo de vista a própria procissão. O badalar dos sinos da Igreja do Rosário em homenagem a Vicente Peixoto é um episódio curioso, pois os sinos desempenhavam um papel central na vida urbana e nas cerimônias religiosas. Conforme destaca Santos, "as igrejas que realizassem festas estavam liberadas para tocá-los por no máximo cinco minutos" (Santos, 2018, p. 163).

Em outra correspondência publicada na mesma edição do periódico, o autor descreve o aniversário da Independência como bastante agitado: houve a celebração de um *Te Deum*, fogos de artifício, vidros quebrados, gritaria na véspera misturada a insultos diretos, além da "oferta aos presos" em larga escala, com a presença de carros e carretas. O correspondente menciona ainda que o presidente participou da festividade e foi agraciado com uma "salva de prata". Após o ato, seguiu-se o *Te Deum*,

¹² O amigo do Povo 18 de setembro de 1830

no qual o Padre Fonseca proferiu um discurso que, segundo o relato, misturava “o profano com o divino”, brindando a ocasião com insultos à nação.

3.6. 12 de outubro

No dia 12 de outubro, comemorava-se, como festa nacional, o aniversário do Imperador e sua aclamação. O *Cruzeiro*¹³ publicou no ano de 1830 um editorial a respeito do festejo e de suas diversas facetas, intitulado *Iluminação do Quartel do Batalhão de Caçadores da 1.ª Linha n.º 18 aquartelado no Hospício da Jerusalém*.

Foi montado um arcado de 200 palmos de comprimento com 11 arcos sobre as “colunas da ordem toscana”, erguido a 20 palmos em frente ao Hospício, guarnecido com 1.480 lampiões. Ao fundo do grande arcado, em um ovado transparente, representava-se o busto do Imperador sob um “docel” armado com sedas verdes e laços amarelos, cercado por 48 baionetas e com a inscrição: “VIVA S. M. O IMPERADOR”. Abaixo da frase, lia-se a seguinte epígrafe:

A paz, a glória da Nação, que recebo; Constituí meu renome, a minha glória; Assim, à par de Nume, à par de Tito; Terei lugar no alçar da Memória.

Ao lado do docel, havia quatro bandeiras imperiais cruzadas, duas das quais bordadas a ouro e condecoradas com as insígnias da Imperial Ordem do Cruzeiro, pertencentes ao Batalhão n.º 18. Em frente à iluminação, encontravam-se soldados e instrumentistas do mesmo batalhão. Além disso, uma embarcação armada, em forma de brigue-escuna, estava posicionada a 40 braços da iluminação. No momento em que o busto do Imperador — até então coberto — foi revelado, a embarcação realizou uma salva com 21 tiros de artilharia. Estiveram presentes nesse ato o Comandante das Armas, oficiais, empregados públicos e uma multidão de populares, que aclamaram com inúmeros vivas o Imperador e a família imperial.

Uma mesa foi presidida pelo Comandante das Armas, que fez o primeiro brinde ao Imperador e à família imperial, seguido de um segundo brinde à “fida tropa”, por

¹³ O Cruzeiro 18 de outubro de 1830

defender o trono imperial. Um concerto refinado e uma multidão entusiasmada acompanharam os brindes na noite do dia 12.

O amanhecer foi marcado por salvas da Fortaleza e da corveta Maria Isabel, anunciando os 32 anos do Imperador. Às 8 horas, os corpos da guarnição da província marcharam até a rua de São Gonçalo, onde passaram por revista do comandante das armas interino, Bento José Lemenha Lins. Em seguida, prosseguiram em direção à Rua da Paralela na seguinte ordem: o comandante das armas à frente, seguido pelo Regimento de Cavalaria n.º 27 (segunda linha), pelo Batalhão n.º 18 (primeira linha), pelos Batalhões n.º 53, 54 e 55 (segunda linha), pela Companhia Ligeira de Artilharia (primeira linha) e pelo Regimento n.º 28 (segunda linha).

A marcha seguiu até a “Rua do Colégio”, com as descargas costumeiras. Ao fim de cada uma, o comandante das armas proclamava vivas ao Imperador e à família imperial. Na primeira descarga, o presidente proclamou vivas protocolares ao Imperador, à Assembleia Legislativa e à Constituição. Ao término dos festejos, houve espetáculos teatrais. Todo o evento foi projetado e executado no curto período de sete dias.

3.7. A malhação de Judas em Limoeiro

O *Diário de Pernambuco*¹⁴ publica em 1834 uma longa correspondência em resposta contundente aos ataques feitos por um articulista pseudônimo chamado Philanthropo, publicados em um periódico anterior. O defensor, identificado como “O Língua da Calúnia”, busca refutar as acusações contra o juiz de paz João Pedro de Melo e outras autoridades locais da vila de Limoeiro. O ponto mais polêmico é a Festa de Judas, que adquire importância central no embate.

A chamada Festa de Judas, tradicionalmente uma celebração popular marcada pela queima de bonecos representando o traidor bíblico, foi usada em Limoeiro com conotação política explícita. A representação incluiu um boneco com uma inscrição ofensiva ao juiz de paz: “No boneco de Judas se colocou a inscrição: ‘João Pedro, o traidor do povo de Limoeiro.’” Essa dramatização gerou revolta. O defensor de João

¹⁴ Diário de Pernambuco 5 de maio de 1834

Pedro afirma que a festa foi utilizada para incitar o povo e difamar autoridades: “A festa foi armada para escandalizar a Vila, com uma Judas que injuriava o Juiz de Paz, em público, e sob a capa de uma tradição religiosa.” Além do boneco, durante a festividade foram feitas pregações inflamatórias pelo vigário e o Pastor, segundo o articulista: “Este Pastor apresentava com escândalo... insultando seus fregueses, chamando-os chibatos, paulistas, moleques e bandidos.

A festa teve consequências sérias: causou tumultos, agressões verbais e ameaças, levando as autoridades locais a agirem. João Pedro mandou prender os responsáveis pelos distúrbios, o que levou a novas acusações contra ele. O autor da carta defende o juiz, afirmando que ele agiu com prudência e justiça diante da calúnia: “João Pedro foi prudente, calmo, e evitou maior escândalo... limitando-se a prender os mais exaltados.” Ele acusa os organizadores da festa — sobretudo o Pastor e seus aliados políticos — de promoverem a desordem para depois se fazerem de vítimas: “Este Pastor, em nome de religião, acendeu o fogo da discórdia, com Judas armado contra o Juiz de Paz.”

A festa, longe de ser apenas um evento cultural, tornou-se um palco de disputa de poder entre autoridades civis e figuras ligadas ao discurso religioso-político, como o Pastor e Philanthropo. O artigo critica duramente o uso da religião como arma política: “A religião foi usada como escudo para a calúnia e instrumento de sedição.” O autor finaliza reafirmando a boa conduta de João Pedro e exortando o povo a enxergar a manipulação por trás da festa: “A festa de Judas foi usada como arapuca contra o Juiz... e o povo foi feito de instrumento de caluniadores”.

A Festa de Judas em Limoeiro, em 1834, não foi um evento meramente folclórico, mas sim um ato político simbólico que serviu para acusar e expor figuras de autoridade pública. A resposta publicada no jornal serve como uma defesa apaixonada de João Pedro, denunciando a instrumentalização da cultura popular para fins políticos

3.8. Divertimentos e brincadeiras

Algumas práticas de entretenimento eram características das camadas pobres livres e escravizadas, o que desagradava à elite, pois esses dois grupos sociais

ocupavam espaços comuns no Brasil do século XIX — situação que favorecia a circulação de projetos políticos e, para a elite, representava uma ameaça à “ordem” e à segurança social.

Como afirma Santos:

Alguns hábitos eram especialmente combatidos, por serem símbolos dessa desordem. Batuques, bebedeiras, tavernas, casa de jogos foram algumas das práticas e locais definidos pelas autoridades e pela elite do Recife do século XIX, como sendo potencialmente perigosos (2011, p. 192).

Os jogos de azar eram frequentes, a ponto de *O Carapuceiro*¹⁵, no ano de 1838, afirmar que esse tipo de divertimento era a “paixão dominante de Pernambuco”. No entanto, o redator declara não encontrar prazer nessa prática. Ele observa que, mesmo em ambientes onde havia música ao piano, alguns indivíduos se dirigiam a um canto para jogar, interrompendo a harmonia musical com gritos.

Além disso, o autor menciona os jogos de prenda, descrevendo algumas situações impostas àqueles que perdiam: cantar uma canção; escolher três pessoas — uma para si, outra para sua melhor amiga e a terceira para se atirar ao mar.

Entre as práticas descritas, destaca-se ainda a brincadeira intitulada “Chora, mané, não chora”, cuja dinâmica consistia em um grupo de indivíduos sentados em esteiras no chão, entre os quais um tentava descobrir em qual das mãos circulava um limão. A passagem da fruta ocorria de modo dissimulado, com todos os participantes reproduzindo gestualmente o movimento, o que tornava a identificação do portador um desafio.

Em uma outra edição do mesmo ano, *O Carapuceiro*¹⁶ publicou uma “anedota verdadeira” sobre os jogos de prenda. Na narrativa, no momento em que se decidiria quem pagaria a prenda, um sujeito intromete-se na brincadeira e propõe: “se for homem, comerá capim, pondo-se de quatro pés; se for senhora, irá até a rua e berrará como um mosquito”.

¹⁵ O Carapuceiro 17 de janeiro de 1838

¹⁶ O Carapuceiro 1º de agosto de 1838

4. Festas religiosas

No mesmo sentido das festas cívicas, os ritos religiosos podiam ser tanto ocasionais quanto relacionados aos “dias santos” — festas previstas no calendário litúrgico. Ao longo da pesquisa, foram catalogados diversos festejos religiosos, muitos deles organizados por irmandades que, conforme observa Dolhnikoff (2024, p. 80), “no seu interior, estabeleciam laços de lealdade e funcionavam como importante espaço de sociabilidades”. Essa dimensão social das festas religiosas pode ser observada, por exemplo, em um anúncio publicado no *Diário de Pernambuco*¹⁷, no final de 1839, referente à festa em honra a Santa Cecília, padroeira dos músicos. A iniciativa partiu dos professores de música da cidade, integrantes da irmandade dedicada à santa, sediada na Igreja de São Pedro. A nota dirigia-se especialmente aos “Senhores Amadores da Arte de Música”, convidando-os a participar da celebração, marcada para a sexta-feira, dia 22 daquele mês. Esse tipo de anúncio evidencia que as festas religiosas ultrapassavam o âmbito devocional, funcionando também como momentos de expressão artística, sociabilidade e afirmação identitária — sobretudo entre grupos profissionais, como os músicos, que encontravam na figura de Santa Cecília um símbolo agregador de sua arte e ofício.

Ademais, ao tratar da comemoração em honra a Nossa Senhora da Assunção das Fronteiras, o administrador da Imperial Capela dedicada à mesma Senhora, situada no bairro da Boa Vista, publicou um relatório no periódico *O Cruzeiro*¹⁸, em 1830. O administrador, Francisco José de Mello, juntamente com seus oficiais, convida à celebração da Senhora, mas também à comemoração da vitória alcançada por Campos Henrique Dias contra os holandeses na província de Pernambuco, no dia 2 de fevereiro. Nesse sentido, o correspondente afirma que a festividade se realizou com toda a pompa: celebrou-se uma missa e, ao seu término, cantou-se um Te Deum, sendo também feitas preces pelo restabelecimento da saúde do Imperador e por seu feliz governo. Estiveram presentes a Capela-Mor, o Sagrado Busto de Sua Majestade Imperial, na qualidade de Juiz Perpétuo e Protetor da Capela, o capelão do Corpo de Polícia, o reverendo Joaquim Raiz Gonçalves e o reverendo José Cordeiro, que proferiu “uma eloquentíssima oração que a todos instruiu e edificou”. É importante

¹⁷ Diário de Pernambuco 29 de novembro de 1839

¹⁸ O Cruzeiro 6 de março de 1830

notar que o dia 2 de fevereiro é considerado dia santo na província de Pernambuco, sendo celebrada a Purificação de Nossa Senhora. Ressalta-se, ainda, a união entre a festividade dedicada à Senhora e a comemoração em memória da expulsão dos holandeses.

Ao tratar das festividades em honra aos santos, realizadas do Natal até a Quaresma, *O Carapuceiro*¹⁹, no ano de 1838, comenta criticamente esses festejos. Em geral, a celebração é precedida por uma novena e pelo tradicional levantamento de uma bandeira. Este estandarte parte da residência do juiz ou da juíza da festa e é conduzido pelo que o redator denomina “madamismo” do arraial.

A festividade matutina costuma ser modesta, com baixa participação popular — restrita, segundo o autor, a “uma ou outra velha devota”. Conta com acompanhamento instrumental, embora os músicos, conforme ressalta o articulista, “não se importem com o sermão”. Há ainda o uso de foguetes e a presença de “senhoritas cantando versículos”, encerrando-se a celebração no interior da igreja. O cenário noturno, contudo, revela um contraste significativo. A igreja se enche de frequentadores vindos de diversas regiões, e o redator faz questão de destacar o ambiente ruidoso e indecoroso que se estabelece: conversas paralelas no interior do templo e o barulho intenso provocado pelas crianças.

Além disso, por meio desses festejos, tornou-se possível identificar as principais justificativas utilizadas para o controle social, bem como problematizar os usos e significados dos discursos hegemônicos, como, por exemplo, a submissão das mulheres ao masculino. É notória a frequência das menções às mulheres nas festividades, geralmente associadas a uma função de acompanhamento necessário, subordinada à uma lógica da atração e do matrimônio.

Um exemplo disso é o Natal de 1833, que contou com grande número de presépios e foi citado pelo periódico *O Carapuceiro*²⁰ em publicação do começo de 1834. Esse rito de devoção era composto por "Pastorinhas", meninas escolhidas com idades entre 14 e 16 anos que, segundo o redator, atraíam os rapazes interessados em flertes. É pertinente indagar em que medida houve participação de pessoas racializadas nesse festejo, especialmente considerando o cântico citado: “A Deos,

¹⁹ O Carapuceiro 17 de maio de 1838

²⁰ O Carapuceiro 8 de fevereiro de 1834

ladrãozinho; A Deos, meu amou; Até para o anno; Se nós viva fou", o qual, segundo o redator, continha "blasfêmia e gramática de negro novo". Ademais, em 1839, *O Carapuceiro*²¹ publicou uma seção intitulada "Variedade", tratando da festividade de São Gonçalo de Amarante, santo conhecido por sua associação com casamentos. O redator afirma que o santo era amplamente venerado e despertava grande devoção entre as mulheres solteiras, que, segundo ele, ficavam "loucas com a festança de São Gonçalo". A celebração incluía zabumbas, maracás e cantigas como: "Viva, e reviva S. Gonçalinho; Dau-me, meu Santo, um bom maridinho", fazendo com que as mulheres dançassem de forma a atrair os rapazes da região.

Dito isso, observa-se no gráfico abaixo quais são as festas religiosas identificadas e suas respectivas quantidades de ocorrências encontradas nos periódicos:

Gráfico 5



Fonte: elaborado pelos autores

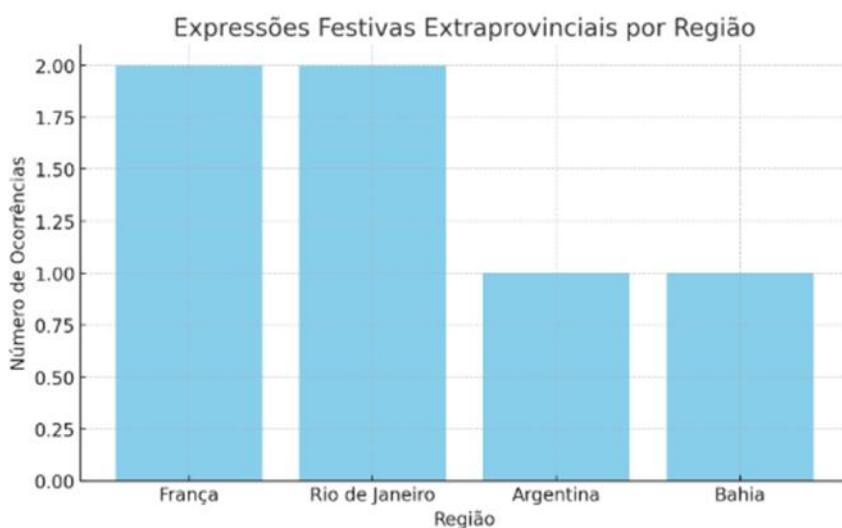
5. Festa extra provinciais

Apesar das dificuldades de comunicação com outras províncias e nações, os jornais de Pernambuco abordavam não apenas as festividades locais, mas também eventos de entretenimento marcantes em outras regiões e até no cenário

²¹ O Carapuceiro 23 de fevereiro de 1839

internacional. Tais manifestações culturais eram frequentemente registradas, como pode ser observado no gráfico a seguir:

Gráfico 6



Fonte: elaborado pelos autores.

5.1. Festas no Rio de Janeiro e na França

No Rio de Janeiro, o dia 12 de outubro de 1830 foi muito comemorado, especialmente pela câmara de Senadores. O *Cruzeiro*²² publica no final de 1830 o discurso homenageando o dia do aniversário do Imperador na câmara dos senadores. Nesse discurso não houve economia nos elogios à estrutura política dos quatro poderes, a constituição e a figura do monarca, afirmado que nesse dia "(...) se ostenta em todo o império tanto festejo, é com tanto entusiasmo por se juntar ao

²² O Cruzeiro 3 de dezembro de 1830

aniversário do feliz Natalício de Vossa Majestade Imperial, o de sua Gloriosa Aclamação". O Imperador recebendo a Deputação, responde: "agradeço muto ao Senado".

A *Gazeta Universal*²³ publica no ano de 1836, uma correspondência com breve menção a uma festa realizada em uma fazenda no Rio de Janeiro. No local, houve oratório, batismos e casamentos de "pretos da mesma fazenda". O redator afirma ser provável que "os casandos, e pais dos batizandos" tenham convidado seus parentes e vizinhos. Conclui que tal ato foi suficiente para causar grande alarme, levando forças militares a marcharem até o local.

Já em uma correspondência publicada em 1830 pelo jornal *O Cruzeiro*²⁴, relata-se um caso que o redator considera horrível. Com a notícia da Revolução Francesa, alguns súditos do rei Carlos X iluminaram as fachadas de suas casas e planejavam realizar um baile. Em seguida, o redator afirma que o escândalo desse "vil atentado" gerou alegria e regozijo "popular" em vez de repressão, o que, segundo ele, configura um mau exemplo aos brasileiros. Posteriormente, questiona se os cônsules presentes no Brasil estariam favoráveis a tal acontecimento e, caso estivessem, se o Imperador deveria permitir festejos públicos em celebração à "destruição de um rei aliado". Ao final, conclui que, em um país constitucional, tecer elogios a atentados contra um rei também constitucional é algo inadmissível.

6. Considerações Finais

O estudo das festividades na província de Pernambuco durante a década de 1830 evidencia que as festas não se limitavam a expressões culturais isoladas, mas constituíam verdadeiros instrumentos de negociação de poder, de afirmação de identidades políticas e de disputas simbólicas em uma sociedade profundamente marcada pela instabilidade e pela reconfiguração do Estado imperial brasileiro. O período regencial, marcado por vacâncias de autoridade central, rebeliões provinciais e disputas entre facções políticas, ofereceu um terreno fértil para que as manifestações públicas — em especial as festividades — se tornassem palcos privilegiados de tensão, resistência, propaganda e construção de alianças.

²³ *Gazeta Universal* 5 de maio de 1836

²⁴ *O Cruzeiro* 8 de agosto de 1830

Neste contexto, as festas cívicas, religiosas e extra provinciais desempenharam funções distintas, mas interconectadas. As festas cívicas, muitas vezes organizadas pelas autoridades provinciais ou municipais, buscavam reforçar a fidelidade à Coroa e a adesão à Constituição, procurando difundir uma identidade nacional ainda em construção. Com desfiles, discursos, iluminações e salvas, esses eventos celebravam datas como o aniversário do Imperador ou a outorga da Constituição de 1824, tentando produzir uma memória oficial e uma coesão em torno da ordem imperial.

Por outro lado, as festas religiosas ofereciam uma interface entre o sagrado e o profano, sendo, ao mesmo tempo, momentos de devoção coletiva e de afirmação de pertencimento comunitário. Essas festas, organizadas frequentemente por irmandades, confrarias ou mesmo pela população comum, serviam como formas de resistência simbólica frente ao poder centralizador da Igreja oficial e do Estado, muitas vezes também sendo palco de tensões de classe, raça e autoridade religiosa.

Já as festas extra provinciais funcionavam como mecanismos de integração simbólica do território nacional. Ao celebrar um fato ocorrido no Rio de Janeiro ou na Bahia, as elites locais procuravam se alinhar ao projeto político central ou se posicionar como participantes legítimos da nação em formação. Entretanto, mesmo nesses contextos, a adesão não era plena: o conteúdo político das festas frequentemente revelava tensões latentes, como nos editoriais e crônicas que ironizavam a hipocrisia de certas comemorações.

O exame dos periódicos da década de 1830, como o *Diário de Pernambuco*, mostra que a imprensa exercia um papel ativo na construção do sentido dessas festas. Os jornais não apenas noticiavam os eventos, mas os interpretavam, criticavam ou elogiavam conforme suas orientações políticas. Por meio de editoriais, notas de rodapé, sátiras e poesias, os redatores moldavam o imaginário público, ora exaltando a ordem e a lealdade imperial, ora denunciando a exclusão de grupos locais ou as práticas autoritárias do governo. A festa, assim, tornava-se também um campo de batalha discursiva.

Vale destacar, ainda, que as festividades não podem ser compreendidas apenas como eventos promovidos “de cima para baixo”. Grupos populares, irmandades, músicos, artistas, escravizados e libertos também eram agentes dessas celebrações,

dando a elas significados próprios e, muitas vezes, subvertendo suas mensagens originais.

Em suma, as festas foram arenas complexas, onde elites e subalternos, autoridades e cidadãos disputaram sentidos, representações e espaços. Por isso, estudar as festividades do período não é apenas analisar manifestações culturais ou eventos calendáricos, mas sim penetrar nas dinâmicas mais profundas de uma sociedade em transformação. No caso de Pernambuco dos anos 1830, as festas revelam os múltiplos projetos de Brasil que estavam em jogo — e como, por meio do riso, da devoção, da música ou do fogo de artifício, esses projetos se enfrentavam nas ruas.

Fontes

A Voz do Bebiribe, Recife, 8 abr. 1835.

A Voz do Bebiribe, Recife, 12 jun. 1835.

Diário de Pernambuco, Recife, 6 de maio de 1831.

Diário de Pernambuco, Recife, 5 de maio de 1834.

Diário de Pernambuco, Recife, 29 de novembro de 1839.

Gazeta Universal, Recife, 10 de março 1836.

Gazeta Universal, Recife, 14 de março de 1836.

Gazeta Universal, Recife, 11 de maio de 1836.

Gazeta Universal, Recife, 5 de maio de 1836.

O Amigo do Povo, Recife, 18 de setembro de 1830.

O Federalista, Recife, 30 de maio de 1832.

O Carapuceiro, Recife, 8 de fevereiro de 1834.

O Carapuceiro, Recife, 17 de janeiro de 1838.

O Carapuceiro, Recife, 17 de maio de 1838.

O Carapuceiro, Recife, 1 de agosto de 1838.

O Carapuceiro, Recife, 23 de fevereiro de 1839.

O Cruzeiro, Recife, 6 de março de 1830.

O Cruzeiro, Recife, 1 de abril de 1830.

O Cruzeiro, Recife, 8 de agosto de 1830.

O Cruzeiro, Recife, 18 de outubro de 1830.

O Cruzeiro, Recife, 3 de dezembro de 1830.

Referências bibliográficas

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do antigo regime**. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2004.

DOLHNIKOFF, Miriam. **História do Brasil Império**. 1. Ed. São Paulo: Editora Contexto, 2024. 176 p.

JUNIOR, Manoel Nunes Cavalcanti. **Cultura Política no Brasil Império**: os liberais exaltados pernambucanos (1831-1840). In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-BA, 8. 2016, Feira de Santana. **Anais...** Feira de Santana: ANPUH, 2016.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954**. vol. 1. Recife: UFPE. 1966.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954**. vol. 2. Recife: UFPE. 1966.

NASCIMENTO, Luiz do. **História da imprensa de Pernambuco, 1821-1954**. vol. 4. Recife: UFPE. 1966.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Das festas aos botequins**: organização e controle dos divertimentos no Recife (1822-1850). 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. **Luminárias, músicas e "sentimentos patrióticos": Festas e política no Recife (1817-1848)**. 2018, Tese (Doutorado em história) - Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

SANTOS, Lídia Rafaela Nascimento dos. Por uma agenda de festas: Organização e controle do calendário festivo do recife (1822-1850). In **Licere**, Belo Horizonte, v.23, n.1, p. 309-330. mar. 2020.

SCHWARCZ, Lilia Moritz e STARLING, Heloisa Maria Murgel. **Brasil: uma biografia**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras. 2015.